



Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Proteção Territorial
Coordenação Geral de Monitoramento Territorial

Povos Indígenas e Serviços Ambientais **Considerações Gerais e Recomendações da** **Funai**

Mudanças Climáticas e PSA

- MC (mitigação e adaptação, mercados e fundos para compensação)
- Mercado REDD+ (voluntario, oficial, fundos)
- Contratos (nulidades, papel da Funai, benefícios e riscos, autonomia indígena/responsabilidade)
- Projetos e mecanismos nacionais/estaduais (falta de regulamentação nacional e internacional)



• Projetos/contratos de REDD+ com Povos Indígenas

- Existência prévia de um plano de gestão territorial e do PDD;
- Mecanismo de gestão e repartição de recursos;
- Mecanismos de controle social e resolução de conflitos;
- Garantia de rescisão contratual;
- Funai atuará na fiscalização e defesa de direitos indígenas;
- Anulação de contratos sem a existência pré-requisitos



- Produtos gerados devem ser de propriedade indígena;
- Etnomapeamento:
 - Crescimento demográfico passado e futuro da população indígena;
 - Áreas para atividades tradicionais (respeito ao uso, costumes e tradições)
- Atividades de REDD+ incidam sempre em área menor que a área total do território indígena.
- Metodologias para definição de linhas de base e quantificação de estoques



- Mecanismos participativos de gestão de recursos que garantam a sustentabilidade do benefício coletivo, salvaguardas na sua gestão e eficiência na sua rentabilidade.

Tarefas da Funai...

- Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas (MMA)
- Assessoria e acompanhamento em processos de informação e capacitação de povos indígenas
- Garantia da participação indígena nos espaços de discussões nacionais e internacionais (MRE)
- Garantia de direitos indígenas coletivos

TRABALHOS JÁ REALIZADOS E/OU EM ANDAMENTO

- Elaboração de um Parecer Técnico em conjunto com a Procuradoria Federal Especializada da FUNAI que avaliou os riscos das negociações e dos contratos firmados no âmbito do mercado voluntário para as comunidades indígenas e para o Estado brasileiro
- Participação nas consultas para a construção de princípios e critérios socioambientais de REDD+, conduzidos pela COIAB, GTA, CNS, CONTAG e organizações não-governamentais, que resultaram no documento “Desenvolvendo Salvaguardas Socioambientais de REDD+: um guia para processos de construção coletiva”, a ser considerado para o desenvolvimento e implementação de programas e projetos na Amazônia Brasileira
- Estabelecimento de diálogos e parcerias com organizações com expertise reconhecida na temática, como IIEB, IPAM, ISA, GIZ, TNC e realização de um encontro do qual resultaram os principais documentos elaborados pela FUNAI sobre Mudanças Climáticas, REDD+ e Povos Indígenas
- Envio ao MMA, MRE e Casa Civil dos documentos supracitados a fim de expor as preocupações, recomendações e a posição institucional da Fundação e serem apreciados no contexto da construção da Estratégia Nacional de REDD+;

- Envio de memorando circulas às Coordenações Regionais abordando a temática, compartilhando informações e esclarecendo a posição institucional adotada pela Fundação
- Encaminhamento do Processo que foi formado na FUNAI tratando de créditos de carbono capturados em terras indígenas e de propostas de corretagem apresentadas às comunidades para projetos de REDD à Advocacia Geral da União. Pretende-se, dessa forma, que a AGU tome conhecimento dos fatos e seja provocada a emitir uma orientação geral para os órgãos da administração pública federal a respeito de como proceder em relação às negociações de créditos de carbono que têm sido realizadas no âmbito do mercado voluntário
- Participação nos Grupos de Trabalho criados pela Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ) do MMA, entre julho e novembro de 2010, no intuito de construir um processo de diálogos entre múltiplos atores sobre os principais aspectos de desenvolvimento de REDD+ no Brasil. Esse processo resultou na elaboração do documento “REDD+: Documento-síntese com subsídios de múltiplos atores para a preparação de uma Estratégia Nacional”, oferecendo subsídios técnicos e recomendações quanto à preparação e construção da Estratégia Nacional de REDD+.

- Participação na 17ª Conferência das Partes à Convenção–Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP 17, que proporcionou uma maior aproximação e diálogo com outras instituições e organizações governamentais, não-governamentais e indígenas
- Realização de um nivelamento sobre REDD+ no contexto das Mudanças Climáticas para servidores da FUNAI sede em abril de 2011
- Acompanhamento e atuação técnica em casos emblemáticos de projetos de REDD com Povos Indígenas, como as propostas das comunidades Suruí e Cinta Larga;
- Comunicação oficial a empresas estrangeiras que vem propondo contratos e cartas de intenção a lideranças indígenas para a realização de projetos de carbono (REDD+), informando que diante da falta de regulamentação do assunto e das incertezas que pairam sobre o mercado voluntário de carbono, não se possibilita a assinatura de qualquer instrumento até que haja uma definição sobre a matéria, evitando-se assim possíveis implicações negativas, tanto para as comunidades indígenas, quanto para os interesses do Estado brasileiro

- Elaboração de projeto para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça para apoio à formação continuada de representantes indígenas para participarem, de modo qualificado, nas discussões sobre Mudanças Climáticas e REDD+ no âmbito regional, nacional e internacional, bem como para levarem essas informações às suas bases.
- Participação no Grupo de Coordenação Interministerial para determinar questões relativas a REDD+ no âmbito nacional e formular a Estratégia Nacional de REDD+
- Realização de oficina, em agosto de 2011, em conjunto com o MMA e a COIAB para representantes indígenas presentes na Cumbre de Bosques (COICA) sobre Mudanças Climáticas, REDD e Povos Indígenas, onde foram discutidos os documentos elaborados pela FUNAI, proporcionando subsídios das lideranças indígenas presentes para o aprimoramento dos documentos.

- Elaboração da publicação “Diálogos Interculturais: Povos Indígenas, Mudanças Climáticas e REDD” que tem por objetivo apresentar as propostas da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial da FUNAI de conteúdos e métodos a serem contemplados e utilizados em capacitações que abordem o tema mudanças climáticas, serviços ambientais e REDD
- Finalização de um vídeo com linguagem adequada e com o objetivo de tratar Mudanças Climáticas e temas afins nas aldeias



Recomendações Gerais

- Titularidade indígena;
- Princípios e Critérios Socioambientais de REDD+;
- Processo amplo de informação e consulta (ao consentimento livre, prévio e informado);
- Autonomia de decisão quanto à gestão de suas terras e recursos naturais;
- Nulidade de iniciativas que comprometam o usufruto exclusivo



- Benefícios de REDD+ devem ser considerados de propriedade da coletividade e gerar recursos que sejam aplicados em atividades de interesse coletivo;
- Acesso limitado a recursos provenientes de REDD+ para ações estatais de monitoramento e fiscalização;
- Reconhece-se a existência de outras oportunidades para o financiamento de atividades de conservação florestal em terras indígenas que podem ser trabalhadas pelos povos indígenas no âmbito da gestão de seus territórios que não se limitam à geração de créditos de carbono compensatórios;



Recomendações da Funai para capacitações:

- Aprender sobre as visões indígenas dos processos e efeitos das mudanças climáticas globais visando à construção de conhecimentos interculturalmente adequados;
- Intercambiar informações sobre o tema – serviços ambientais, mudanças climáticas e REDD – para e com os povos indígenas, de modo que entendam o que é REDD e quais as implicações de seu envolvimento em projetos dessa natureza;
- Formar interlocutores críticos, fortalecendo e qualificando lideranças para saberem como agir quando confrontadas com o assunto



Recomendações da Funai para as capacitações:

- Promover o diálogo intercultural simétrico e bem informado;
- Socializar as informações sobre o cenário mais amplo em que a discussão sobre REDD se insere e apontar alternativas existentes de geração de benefícios no universo dos serviços ambientais;
- Relacionar REDD com os planos de vida dos povos indígenas;
- Apresentar os cenários de tomadas de decisão nos quais os povos indígenas possam influenciar.

Mais informações:

www.funai.gov.br

